

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

(Do Sr. Neuton Lima)

Solicita esclarecimentos do Sr. Ministro da Saúde sobre a prestação de serviços à população nas áreas ambulatorial e de atenção médico-hospitalar.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, e § 2º, e 115, do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Sr. Ministro da Saúde o seguinte pedido de informação.

O Jornal Nacional, da TV Globo, no início do mês de maio, divulgou uma notícia que abalou a opinião pública em todo o País, dando conta que, em Marabá, no sul do Pará, uma cidade de 200.000 habitantes, uma adolescente de 16 anos perdeu, por falta de condições do hospital público local, trigêmeos recém-nascidos. Segundo aquela fonte, os trigêmeos foram postos, juntos, numa única incubadora e morreram todos, porque não existia UTI neonatal cadastrada pelo SUS em número compatível com o perfil da demanda local e regional. Além disto, o hospital não tinha uma ambulância equipada que pudesse levar os recém-nascidos para Belém, a 580 quilômetros de distância.

Diante de fatos lamentáveis como o acima narrado, que infelizmente se repetem em todos os cantos de nosso País, penalizando sobretudo a população de menor poder aquisitivo, gostaríamos de saber do Sr. Ministro da Saúde:

a) por que o Ministério da Saúde tem que tomar atitudes tecnicistas como estas, associadas ao credenciamento das UTIs, que chegam às raias da insensibilidade, em vez de construir mais hospitais e aumentar a quantidade de leitos normais e de terapia intensiva?;

b) por que o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais não têm ainda condições de oferecer à população um tratamento digno e adequado, sabendo-se que o Sistema Único de Saúde foi extremamente beneficiado pela Emenda Constitucional n.º 29, de 2000, que assegurou ao setor de saúde recursos orçamentários crescentes e em grande volume, com a vantagem adicional de não estarem submetidos às draconianas regras de contingenciamento orçamentário, que penalizam outras áreas governamentais de igual relevância social?

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado NEUTON LIMA